

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Central ES completou 29 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para organizar o sistema estadual, desenvolvendo suas principais atividades que são: controle da liquidez, auditoria interna e controles internos, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, controladoria contábil e fiscal e ações coordenadas de marketing, bem como o fomento de mercado, através dos produtos e serviços disponibilizados aos associados. Atua como o alicerce de suas Singulares para a obtenção de escala nas operações, consequentemente, redução de custos e resultados financeiros que garantem a expansão do sistema. O Sicoob Central ES não objetiva prioritariamente o alcance de resultados positivos, sendo seu orçamento custeado por suas Filiadas.

Sempre voltada ao desempenho do sistema estadual, o plano de metas e o gerenciamento da eficiência administrativa, desenvolvendo e coordenados pelo Sicoob Central ES, impulsiona as Singulares na obtenção dos resultados projetados.

O Sicoob Central ES auxilia os Conselhos de Administração das Singulares no estabelecimento de estratégias para o fortalecimento do movimento cooperativo de crédito no ES e demais Estados com atuação.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	4.764	8.686	- 45,15
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7	488	-98,57
Receitas com Ato Não Cooperativo	515	468	10,04
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	22.842	22.382	2,06
Despesas Tributárias	149	127	17,32
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	24.781	23.566	5,16
Sobras Bruta	5.570	8.437	- 33,98

2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação %
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Ativos Totais	3.268.060	2.694.998	21,26
Aplicações Financeiras de Liquidez	1.997.190	1.547.857	29,03
Títulos e Valores Mobiliários	926.909	839.769	10,38
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	2.809.402	2.285.438	22,93
Patrimônio Líquido	136.217	115.842	17,59
Patrimônio de Referência (PR)	96.081	86.882	10,59

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 3.268.060 mil em 31 de dezembro de 2018, com crescimento de 21,26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez, atingiu R\$ 1.997.190 mil, com crescimento de 29,03% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 926.909 mil, com crescimento de 10,38% em relação a 31 de dezembro de 2017.

O saldo da Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas obtiveram um aumento de 22,93% considerando o mesmo período de 2017, atingindo em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 2.809.402 mil.

O patrimônio líquido acréscimo 17,59% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 136.217 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto

Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	31/12/2018	31/12/2017	Variação	
	Total	Valor Total	% Total	% Total
Repasse interfinanceiros – Crédito Rural	214.976	185.525	29.451	15,87%
Empréstimos – Rotativo	43.750	43.300	450	1,04%
Total	258.726	228.825	29.901	13,07%

3. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As Cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Leste Capixaba, Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Credestiva.

Cooperativas Singulares	31/12/2018			31/12/2017			Variação %	
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Sobras Brutas
Sicoob Sul Litorâneo	372.515	86.275	18.434	307.146	69.939	12.326	21,28	23,36
Sicoob Sul	1.180.346	300.523	62.162	975.552	247.780	50.230	20,99	21,29
Sicoob Leste Capixaba	1.606.149	416.970	80.948	1.322.653	351.070	72.868	21,43	18,77
Sicoob Centro Serrano	873.047	161.441	30.159	781.499	136.955	25.076	11,71	17,88
Sicoob Norte	948.665	203.882	16.165	870.301	198.015	19.618	9	2,96
Sicoob Sul Serrano	1.327.796	325.665	69.214	1.138.024	261.376	50.396	16,68	24,6
Sicoob Credirochas	578.668	91.527	14.014	491.011	81.211	12.753	17,85	12,7
Sicoob Credestiva	17.485	11.964	778	15.385	11.147	838	13,65	7,33
Total	6.904.671	1.598.247	291.874	5.901.571	1.357.493	244.105	17	17,74

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2018 são:

Houve um aumento de 17% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do exercício o montante de R\$ 6.904.671 mil.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 17,74%, atingindo o montante de R\$ 1.598.247 mil.

As Sobras do exercício de 2018 do Sistema Sicoob ES foi de R\$ 291.874 mil, maior resultado da história do Sicoob ES considerando um exercício.

4. Pessoas

Contávamos com 100 colaboradores no final do exercício de 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 10.806.

5. Política de Crédito

O Sicoob Central ES adota o sistema de garantias recíprocas entre as Filiadas, valendo-se do limite de exposição por cliente previsto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/15, nas concessões de crédito e garantias. A política de classificação de crédito de sua carteira está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos dirigentes da Cooperativa Central definir e assegurarem a execução dos objetivos do Sistema Sicoob ES, contribuindo para a sua continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse sentido, a administração do Sicoob Central ES tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão do Sicoob Central ES está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabe à Diretoria as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento da Diretoria, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento da Diretoria, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa Central e na nossa Administração.

Vitória – ES, 18 de janeiro de 2019.

Diretoria.

Balço Patrimonial (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		2.701.626	2.198.868
Disponibilidades	4	49	87
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.951.720	1.504.781
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.951.720	1.504.781
Títulos e Valores Mobiliários	6	540.040	532.878
Carteira Própria		540.040	479.179
Vinculados à Prestação de Garantias		-	53.699
Relações Interfinanceiras	7	163.594	115.515
Repasse Interfinanceiros		164.321	116.097
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		(727)	(582)
Operações de Crédito	8	43.561	43.072
Empréstimos e Títulos Descontados		43.750	43.300
(-) Provisão para Operações de Crédito		(189)	(228)
Outros Créditos	9.1	2.118	1.746
Rendas a Receber		155	18
Diversos		1.963	1.728
Outros Valores e Bens	10	544	789
Outros Valores e Bens		1.111	956
(-)Prov. Para Desv. De Outros Valores e Bens		(814)	(814)
Despesas Antecipadas		247	647
Não Circulante		566.434	496.130
Realizável a Longo Prazo	5	483.700	420.165
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		45.470	43.076
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		45.470	43.076
Títulos e Valores Mobiliários	6	386.769	306.891
Carteira Própria		205.461	74.679
Vinculados à Prestação de Garantias		181.308	232.212
Relações Interfinanceiras	7	50.405	69.080
Repasse Interfinanceiros		50.655	69.428
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		(250)	(348)
Outros Créditos	9.2	1.056	1.118
Diversos		1.056	1.118
Permanente		82.734	75.965
Investimentos	11	67.410	60.951
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		53.610	47.588
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		13.221	12.855
Participações em empresa controlada Coop. Central de Crédito		579	508
Imobilizado de Uso	12	15.191	14.825
Imobilizado de Uso		16.252	16.145
Outras Imobilizações de Uso		3.163	2.182
(-) Depreciações Acumuladas		(4.224)	(3.502)
Intangível	13	133	189
Softwares e Direitos de uso		621	598
(-) Amortização Acumulada		(488)	(409)
TOTAL		3.268.060	2.694.998

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		3.070.819	2.508.646
Depósitos	14	3.590	27.208
Depósito a Prazo		3.590	27.208
Relações Interfinanceiras	15	2.809.402	2.285.438
Centralização Financeira - Cooperativas		2.809.402	2.285.438
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	194.062	143.558
Outras Instituições		2.160	2.117
Obrigações por repasses Funcafé		191.902	141.441
Outras Obrigações		63.765	52.442
Sociais e Estatutárias	17	3.285	3.012
Fiscais e Previdenciárias	18	464	398
Diversas	19	60.016	49.032
Não Circulante		61.024	70.510
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	14	9.262	-
Depósito a Prazo		9.262	-
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16	50.655	69.429
Empréstimo no País - Outras Instituições		2.962	5.020
Obrigações por repasses Funcafé		47.693	64.409
Outras Obrigações		1.107	1.081
Diversas	19	1.107	1.081
Patrimônio Líquido		136.217	115.842
Capital Social		103.097	87.542
De Domiciliados no País	21	103.097	87.542
Reserva de Sobras		28.807	21.507
Sobras Acumuladas		4.313	6.793
TOTAL		3.268.060	2.694.998

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	12/31/2018	12/31/2017
Ingressos da Intermediação Financeira		99.951	187.113	216.912
Operações de Crédito	23	9.491	18.619	17.402
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24	63.108	115.486	133.397
Resultado de Op. com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financ.	25	27.352	53.008	66.113
Dispêndios da Intermediação Financeira		(97.264)	(182.356)	(208.714)
Operações de Captação no Mercado	26	(511)	(1.234)	(5.075)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	27	(10.095)	(18.417)	(13.919)
Reverso/Provisão para Operações de Créditos	28	(108)	(7)	(488)
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	29	(86.550)	(162.698)	(189.232)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		2.687	4.757	8.198
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(2.812)	2.283	1.466
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		361	515	468
Dispêndios/Despesas de Pessoal	30	(5.605)	(10.806)	(10.157)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	31	(5.583)	(9.622)	(8.057)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(93)	(149)	(127)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	-
Outros Receitas (Ingressos) Operacionais	32	9.358	24.759	23.507
Outros Despesas (Dispêndios) Operacionais	33	(1.250)	(2.414)	(4.168)
Resultado Operacional		(125)	7.040	9.664
Resultado Não Operacional	34	12	22	59
Resultado Antes da Tributação e Participações		(113)	7.062	9.723
Participações nos Resultados de Empregados		(507)	(937)	(417)
Sobras / Perdas antes das Destinações		(620)	6.125	9.306
Destinações legais e Estatutárias		-	(1.257)	(1.644)
F.A.T.E.S. - Ato não cooperativos		-	(496)	(445)
F.A.T.E.S. - Ato cooperativos		-	(254)	(400)
Reserva Legal		-	(507)	(799)
Resultado antes do Juros ao Capital		(620)	4.868	7.662
Juros ao Capital	2			

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração das sobras ou perdas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros. As receitas e despesas operacionais, são proporcionalizadas de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificadas com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

(c) Disponibilidade, aplicações interfinanceiras de liquidez imediata, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

As disponibilidades, as aplicações interfinanceira de liquidez, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem depósitos bancários, títulos públicos federais, depósitos interfinanceiros e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez. A Circular do Banco Central do Brasil nº 3068, que trata a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Banco Cooperativo do Brasil S.A, que são avaliados pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

(j) Depósitos

Composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou préfixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações préfixadas são calculadas de acordo com o prazo final das operações, tendo o valor futuro de remuneração apresentado em conta redutora, na data do demonstrativo contábil.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(n) Passivos contingentes

Não são reconhecidos como passivo poque são obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a Cooperativa tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, ou são obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento da Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o CPC 25.

(o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa têm por diretriz.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

(q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

4. Disponibilidade

Corresponde a saldo em caixa e depósitos bancários, com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	21	43
Banco do Brasil S.A.	23	22
Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob	3	21
Banco Bradesco	2	1
Total	49	87

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Bancoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		1.961.890	1.504.781
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.951.720	1.504.781
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	3.030	2.847
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	100% CDI	10.170	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	2.405	3.699
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	1	844
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	1.946.284	1.497.391
Não circulante		45.470	43.076
Aplicações em depósitos interfinanceiros		45.470	43.076
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	4.076	6.676
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	78	313

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	41.316	36.087
Total Geral		2.007.360	1.547.857

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 115.486 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 133.397).

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Bancoob com contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros	31/12/2018	31/12/2017
Vencimento		
Até 1 mês	80.806	76.540
De 1 a 3 meses	162.241	76.110
De 3 a 6 meses	291.545	333.360
De 6 a 12 meses	1.417.128	1.018.771
Total circulante	1.951.720	1.504.781
De 1 a 2 anos	44.306	29.564
De 2 a 3 anos	938	12.419
Acima de 3 anos	226	1.093
Total não circulante	45.470	43.076
Total Geral	1.997.190	1.547.857

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		540.040	532.878
Títulos para negociação – carteira própria		463.025	355.490
Fundo de centralização	Pós Fixado	175.433	125.775
Fundo Institucional	Pós Fixado	287.465	229.595
Fundo Bradesco DI Executivo	Pós Fixado	127	120
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		77.015	123.689
LFT - Administrado	SELIC	-	105.821
LF – Outros Bancos(b)	CDI	77.015	17.868
Títulos mantidos até o venc. – vinculados à prest.de garantias		-	53.699
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	53.699
Não circulante		386.769	306.891
Títulos para negociação – carteira própria			
Cotas de Fundo Imobiliário		14.678	-
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		190.783	
LFT – Administrado	SELIC	190.783	17.606
LF – Outros Bancos (b)	CDI	-	57.073
Títulos mantidos até o venc. – vinculados à prest. de garantias			
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	181.308	232.212
Total Geral		926.809	839.769

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 53.008 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 66.113).

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	31/12/2018			31/12/2017		
	Carteira própria	Vinculado à prest de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest de garantias	Total
Sem vencimento	463.025	-	463.025	355.490	-	463.025
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	13.618	-	13.618	28.491	19.357	47.848
De 3 a 6 meses	28.831	-	28.831	6.097	-	6.097
De 6 a 12 meses	34.566	-	34.566	89.101	34.342	123.443
Total circulante	540.040	-	540.040	479.179	53.699	532.878
Sem vencimento	14.678	-	14.678	-	-	-
De 1 a 2 anos	34.076	62.908	96.984	57.240	-	-
De 2 a 3 anos	26.440	90.116	116.556	1.661	89.734	91.395
Acima de 3 anos	130.267	28.284	158.551	15.777	142.478	158.256
Total não circulante	205.461	181.308	386.769	74.678	232.212	306.891
Total Geral	745.501	181.308	926.809	553.857	285.911	839.769

7. Relações interfinanceiras

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:

Vencimento	Risco	31/12/2018	Percentual	Provisão 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
Curto Prazo	AA	19.286	0,0%	-	19.286	-
	A	144.726	0,5%	(724)	144.002	115.154
	B	309	1,0%	(3)	306	361
		164.321		(727)	163.594	115.515

Vencimento	Risco	31/12/2018	Percentual	Provisão 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
Longo Prazo	AA	779	0,0%	-	779	-
	A	49.769	0,5%	(249)	49.520	68.873
	B	107	1,0%	(1)	106	207
		50.655		(250)	50.405	69.080

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$15.900 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$13.298).

8. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

I. Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Vencimento	Risco	31/12/2018	Percentual	Provisão 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2018	Valor líquido 31/12/2017
Curto Prazo	AA	8.343	0,0%	-	8.343	-
	A	32.997	0,5%	(165)	32.832	40.686
	B	2.410	1,0%	(24)	2.386	2.386
		43.750		(189)	43.561	43.072

Essas operações geram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 2.719 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$4.102).

Todas as operações de crédito referem-se ao setor de Pessoa Jurídica, com cooperativas filiadas e com prazo de vencimento até um ano.

9. Outros créditos – curto e longo prazo

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

9.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber	155	18
Dividendos a receber	134	-
Rendas a Receber Seguro	-	3
Outras Rendas a Receber	21	-
Diversos	1.963	1.728
Antecipação Salariais	61	56
Adiantamentos Diversos	4	6
Adiantamento por Conta de Imobilizações	2	-
Impostos e Contribuições a Compensar	36	164
Pagamentos a Ressarcir	98	1.496
Devedores Diversos - País	1.762	6
Plano de Saude a Receber	8	6
Cooperativas Filiadas (a)	1.754	-
Total	2.118	1.746

9.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2018	31/12/2017
Devedores por Depósito e Garantia (b)	1.056	1.118
Pis – Depósito Judicial	162	159
Cofins – Depósito Judicial	800	783
Outros	94	176
Total	1.056	1.118

(a) Cooperativas Filiadas são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filidas, sendo que o valor é referente ao rateio mensal das despesas da central, no exercício de 2018 o valor estava classificado na rubrica Pagamentos a Ressarcir.

(b) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 19.

10. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de Uso Próprio (a)	814	814
Almoxnariado	297	142
Despesa Antecipada	247	647
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(814)	(814)
Total	544	789

(a) Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

(b) Referente provisão constituída sobre o bem não de uso próprio em decorrência de pendência judicial.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações inst financ controlada coop crédito	53.610	47.588
Sicoob confederação	13.221	

Notas Explicativas (em 31/12/2018 e de 2017 - em milhares de R\$)

	2018	2017
Cofins (IV)	800	783
Cíveis (V)	145	140
Credores Diversos - País	43.602	35.200
Fundo Garantidor de Depósito (II)	33.037	-
Fundo Garantidor de Valores (III)	10.523	35.159
Outros	26	22
Faturas Sicoobcard	16	19
TOTAL	61.1223	50.113

I. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

II. Refere-se ao Fundo de Garantia e Fomento criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de dezembro de 2014 constituiu um Fundo de Garantia e Fomento com o objetivo de fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: cobertura adicional nos termos do FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito) até o limite de R\$ 100 (cem mil) por CPF/CNPJ; expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento; incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial de cooperativas filiadas. A administração do Fundo cabe ao Sicoob Central ES, que gerencia o recurso captado em seu passivo. A vigência do Fundo será de 6 (seis) anos, podendo por decisão da Assembleia Geral prorrogar esse prazo.

III. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento - FEFF criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo de fortalecer as cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES, disponibilizando recursos para: Absorver perdas e fraudes que impactem a sua operacionalidade. Expansão dos negócios pela abertura e modernização de pontos de atendimento, Incorporação, fusão ou liquidação judicial ou extrajudicial e Situações adversas que possam comprometer sua continuidade. A administração do Fundo cabe ao Sicoob Central ES, que gerencia o recurso captado em seu passivo. A vigência do Fundo será de 6 (seis) anos, podendo por decisão da Assembleia Geral prorrogar esse prazo.

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

IV. O Sicoob Central ES está questionando judicialmente o alcance das contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes do ato cooperativo no período de novembro de 1999 a dezembro de 2014, instituídas pela Medida Provisória nº 1.858 e reedições, sendo que os valores em discussão estão devidamente provisionados e depositados em juízo. Os valores foram atualizados até dezembro de 2017 pela taxa SELIC.

V. Provisão referente notificações da Previdência Social processos nº 15.586.000298/2008-57-PLR e nº 15.586.000296/2008-68-Unimed, que estão tramitando no Conselho de Contribuintes, correspondendo, respectivamente, a pagamentos efetuados a título de participação nos resultados e assistência médica da Unimed. E procedimento administrativo nº 18101.000016/2014-53, junto ao SEAE do Ministério da Fazenda.

20. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sicoob Sul-Litorâneo	5.251	4.407
Sicoob Sul	18.267	15.325
Sicoob Leste Capixaba	23.592	19.530
Sicoob Centro-Serrano	11.701	10.104
Sicoob Norte	17.581	15.496
Sicoob Sul-Serrano	20.061	16.913
Sicoob Credirochas	5.757	4.886
Credesliva	887	881
Total	103.097	87.542

(b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social. Na AGO de 2018 realizada em 15/03/2018 foi decidido a destinação das sobras do exercício de 2017 para o fundo de reserva no montante de R\$ 6.793.

(c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de março de 2018, as Cooperativas Filiadas deliberaram pela destinação de R\$ 6.793 para o fundo de reserva das sobras do exercício de 2017.

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	5.570	8.437
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(496)	(445)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.074	7.992
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(507)	(799)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(254)	(400)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.313	6.793

(e) Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou e pagou juros sobre o capital próprio, remunerando o capital das Cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

O pagamento dos juros ao capital considerou 10% da taxa Selic de 2018, sendo assim incorporado ao capital o valor de R\$ 555.

22. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	647	468
Despesas específicas de atos não cooperativos	(56)	(45)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(66)	(37)
Resultado operacional	525	386
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	22	59
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	547	445
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(51)	-
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	496	445

23. Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de empréstimos	2.719	4.104
Rendas de repasses interfinanceiros	15.900	13.298
Total	18.619	17.402

24. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São reconhecidas as receitas de rendas dos recursos aplicadas no mercado considerando o regime de competências e taxas contratadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro	745	-
Letrados do Tesouro Nacional	255	-
CDI - ligadas	113.980	132.412
DI rural - não ligadas	507	985
Total	115.487	133.397

25. Resultado de Operações com Tít. E Valores Mobil. E Instr Financeiros

É constituído pelas receitas de aplicações financeiras no país; títulos de renda fixa, predominantemente títulos públicos federais, e títulos de renda variável.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Letras financeiras do tesouro	8.942	12.052
Lft - vinculado a garantia de repasse	15.056	19.605
Outros - Rendas Títulos de Renda Fixa	4.896	9.295
Fundos de aplicação financeira	23.871	25.145
Outros - Rendas Aplicações Fundo Investimento	243	16
Total	53.008	66.113

26. Operações de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local

através de Depósitos a Prazo das Cooperativas filiadas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com captação-r.d.c.	(1.234)	(5.075)
Total	(1.234)	(5.075)

27. Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao MAPA e Brandesco.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de repasse - funcafé repassado	(18.299)	(13.748)
Despesas de repasse - outros	(118)	(171)
Total	(18.417)	(13.919)

28. Reversão/Provisão para Operações de Créditos

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Crédito rotativo (Reversão Provisão)	42	-
Repasses interfinanceiros (Reversão Provisão)	106	1.407
Operações crédito liquidação duvidosa	(2)	(36)
Repasses interfinanceiros	(153)	(1.859)
Total	(7)	(488)

29. Dispêndios de Depósitos Intercooperativos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(162.698)	(189.232)
Total	(162.698)	(189.232)

30. Dispêndios/Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de honorários	(2.188)	(2.040)
Despesas de pessoal - benefícios	(1.213)	(1.374)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(2.096)	(1.959)
Despesas de pessoal - proventos	(4.903)	(4.567)
Despesas de remuneração de estagiários	(189)	(211)
Despesas de pessoal - outros	(217)	(6)
Total	(10.806)	(10.157)

31. Outras Despesas/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Água Energia E Gas	208	200
Despesas De Aluguéis	23	26
Despesas De Comunicações	285	341
Despesas De Manutenção E Conservação De Bens	130	89
Despesas De Material	72	72
Despesas De Processamento De Dados	1.198	682
Despesas De Promoções E Relações Públicas	253	548
Despesas De Propaganda E Publicidade	5.013	3.552
Despesas De Publicações	30	36
Despesas De Seguros	13	14
Despesas De Serviços Do Sistema Financeiro	340	371
Despesas De Serviços De Terceiros	330	325
Despesas De Serviços De Vigilância E Segurança	78	78
Despesas De Serviços Técnicos Especializados	377	480
Despesas De Transporte	21	25
Despesas De Viagem No País	115	102
Outras Despesas Administrativas	267	250
Despesas De Amortização	79	81
Despesas De Depreciação	790	785
Total	9.622	8.057

32. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos (a)	6.507	7.948
Rateio de despesas da central (b)	17.942	15.373
Outras rendas operacionais	115	113
Outros	195	209
Total	24.759	23.507

(a) Corresponde a soma dos Dividendos provenientes de participação no Sicoob Confederação, no montante de R\$ 366, de participação no Sicoob Corretora, no montante de R\$ 2 e no Bancoob, no montante de R\$ 6.139.

(b) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

33. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de desenvolvimento (a)	2.351	3.776
Outras despesas operacionais	43	338
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	15	7
Outros	5	47
Total	2.414	4.168

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Garantia e Fomento criado pelo Sicoob conforme nota 16, item II.

34. Resultado não operacionais

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucros na alien de vlr e bens - bens de uso	-	37
Rendas de aluguéis	24	24
Outras Rendas Não Operacionais	10	-
(-)Perdas de capital	(10)	(1)
(-)Outras Despesas Não Operacionais	(2)	-
Total	22	59

35. Partes relacionadas

(a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Bancoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Bancoob	2.452.985	1.893.725
Conta corrente	3	21
Depósitos Interfinanceiros	1.990.084	1.538.334
Cotas de Fundos de Renda Fixa	462.898	355.370
Cooperativas Filiadas	260.480	230.321
Repasses interfinanceiros	214.976	185.525
Operações de crédito	43.750	43.300
Valores a receber	1.754	1.496
Passivo		
Cooperativas Filiadas	2.836.304	2.325.212
Depósitos a prazo	12.852	27.208
Relações interfinanceiras - centralização financeira	2.809.402	2.285.438
Provisão Pagamento Administração Financeira	14.050	12.566

Receita		
Bancoob	168.495	199.510
Rendas Aplicações em Depósitos interfinanceiros	115.487	133.397
Fundos Aplicações Fianceiras	53.008	66.113
Cooperativas Filiadas	36.561	32.775
Rendas de empréstimos	2.719	4.104
Rendas de repasses interfinanceiros	15.900	13.298
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	17.942	15.373

Despesa		
Cooperativas Filiadas	163.939	194.795
Operações de Captação no Mercado	1.234	5.075
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	7	488
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	162.698	189.232

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

Pessoal chave da administração inclui os diretores e superintendente. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, são estabelecidos os honorários e benefícios (previdência, vale alimentação e plano de saúde) a serem pagos:

Benefícios Monetários	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	1.868	1.803
Salários/Remuneração	694	330
Benefícios	42	59

36. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil - BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

36.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL ES em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcio-

nar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 14 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral

Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 14 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Vitória/ES, 21 de fevereiro de 2019.

José Américo B. Barreto
Coord. do Conselho Fiscal

Ely Decothé Junior
Secretário do Conselho Fiscal

Francisco C. Montovanelli
Conselheiro Fiscal - Efetivo